

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

**UMA ANÁLISE SOBRE OS GASTOS E A CRISE DE QUALIDADE DO  
ENSINO FUNDAMENTAL BRASILEIRO**

**Bruno Cani Stüssi Neves**

**Nº de matrícula: 0813288**

Orientadora: Maria de Nazareth Maciel

Junho de 2012

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

**UMA ANÁLISE DO ENSINO FUNDAMENTAL BRASILEIRO**

**Bruno Cani Stüssi Neves**

**Nº de matrícula: 0813288**

Orientadora: Maria de Nazareth Maciel

Junho de 2012

**“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor”.**

---

Bruno Cani Stüssi Neves

"As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor"

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Maria de Nazareth Maciel, que me acompanhou semanalmente durante um ano - incluindo projeto de monografia e monografia final. Muito obrigado.

À Marilene Cabral do Nascimento, minha “sogra”, que releu o trabalho cuidadosamente e fez comentários pertinentes quanto à clareza das ideias.

À minha incrível namorada e à minha família que souberam lidar com a distância temporária durante os fins de semana que me dedicava à conclusão da monografia.

Aos meus amigos economistas e não economistas, que sempre estiveram por perto em todos os momentos. Aos economistas, um agradecimento especial, por todas as situações medianas, boas e excelentes que passamos durante a faculdade. Foi um prazer conhecê-los e ter estudado com vocês.

## Sumário

Índice de Gráficos .....	5
Índice de Tabelas.....	5
Lista de Abreviaturas e Siglas .....	6
1 - Introdução.....	8
2 - O Ensino Fundamental no Brasil .....	10
2.1 - Estrutura legislativa e divisão de responsabilidades entre as esferas de governo .....	10
2.2 - Variação dos gastos públicos com educação: 2000 a 2009.....	13
2.3 - Panorama atual do Ensino Fundamental: matrículas, professores, turmas e taxa de alfabetização .....	17
2.3.1 - Matrículas .....	17
2.3.2- Professores .....	19
2.3.3 - Turmas .....	20
2.3.4 – Taxa de alfabetização .....	21
3 - Comparação entre Brasil, países da OCDE e da América Latina .....	23
3.1 – Comparação dos gastos com educação entre países.....	24
3.2 - Desempenho das escolas privadas em comparação com as escolas públicas .....	29
4 - Um exemplo latino para enfrentar a crise de qualidade.....	32
5 - Comentários finais .....	39
6 - Referências Bibliográficas .....	42

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Gastos públicos em Educação. Brasil, 2000 – 2009. ....	14
Gráfico 2 - Gastos públicos em Educação como (%) do PIB. Brasil, 2000 – 2009 .....	15
Gráfico 3 - Investimento total em educação pública por unidade da federação como (%) do total. Brasil, 1995 - 2009. ....	16
Gráfico 4 - Investimento por modalidade de ensino como % do investimento total. Brasil, 1995 - 2009. ....	17
Gráfico 5 - Mudança nos gastos, no PIB e nas despesas com educação como percentual do PIB. 2008 .....	28
Gráfico 6- Diferença de desempenho em leitura na idade de 15 anos, por escolas públicas e privadas.....	30

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - (%) de alunos da rede pública matriculados em municípios brasileiros. 2001 – 2010. ....	12
Tabela 2 - Número de matrículas no Ensino Fundamental por esfera pública e privada. Brasil, 2001 - 2010. ....	18
Tabela 3 - (%) de alunos matriculados na 9ª série sobre os da 4ª série do Ensino Fundamental. Brasil, 2001 - 2010. ....	19
Tabela 4 - (%) de professores do Ensino Fundamental com escolaridade superior completa. Brasil, 2001 – 2010.....	20
Tabela 5- Quantidade de alunos do Ensino Fundamental por turma. Brasil, 2001 – 2010. ....	21
Tabela 6 - Gastos totais com educação em percentagem do PIB .....	25
Tabela 7 - Gastos totais por aluno com educação em US\$ PPP .....	25
Tabela 8 - Gastos com educação como percentual do PIB per capita.....	27
Tabela 9– Resumo das principais diferenças educacionais entre Brasil e Cuba .....	38

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

CF - Constituição Federal de 1988

CIA - Central de Inteligência Americana

CNE - Conselho Nacional de Educação

DF - Distrito Federal

EC - Emenda Constitucional

EF - Ensino Fundamental

EM - Ensino Médio

ES - Ensino Superior

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

GPEDu - Gasto Público Educacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LLECE - Laboratory for Assessment of the Quality of Education

MEC - Ministério da Educação

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

P&D - Pesquisa e Desenvolvimento

PIB - Produto Interno Bruto

PISA - Programme for International Student Assessment

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNE - Plano Nacional da Educação

PPP - Paridade do Poder de Compra

SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica

## 1 - Introdução

Educação é fator essencial para um país se desenvolver de forma sustentável no longo prazo. Diversos estudos destacaram a existência de evidências mostrando que a educação de qualidade é muito importante em várias dimensões econômicas e sociais, como por exemplo, redução da criminalidade, crescimento econômico, ampliação da inclusão social, maior acesso ao mercado de trabalho, diminuição das desigualdades sociais, aumento de salários e fortalecimento da democracia.<sup>1</sup>

A Constituição Federal de 1988, dentre outras funções, estabeleceu normas claras para a educação no país, assim como deu o norte dos passos a serem seguidos. Desde os anos 90, embora com mais intensidade na última década, o Brasil atravessa um período de revolução na área da educação. Porém, apesar de alguns avanços notáveis, a educação continua sendo alvo de críticas por grande parte da população e tema em constante destaque nos debates políticos. Toda essa atenção se deve principalmente à permanência de profundas e importantes deficiências no quadro atual da educação brasileira. Uma taxa de analfabetismo beirando os 10% da população e um nível educacional comparável a países como Trinidad e Tobago, Colômbia e Jordânia (PISA, 2009) causam perplexidade. Principalmente se considerarmos que o Brasil ocupa hoje a 6ª posição no ranking das maiores economias do mundo em termos de Produto Interno Bruto (PIB).

Como veremos adiante, parte considerável do problema é atribuída à insuficiência de investimentos públicos, que só alcançaram níveis internacionais a partir de 2006. O novo Plano Nacional da Educação (PNE), que está em discussão no congresso, prevê que o país invista 7% do PIB na educação, o que equivale a um aumento de aproximadamente 200 pontos base (p.b) em relação ao montante atual. Entretanto, o Brasil possui uma defasagem de anos de baixos investimentos e, pior ainda, investimentos mal realizados, principalmente quando comparamos os gastos por aluno, que apresentam forte concentração no ensino superior, em detrimento do ensino básico e mais especificamente, do ensino fundamental.

---

<sup>1</sup> MENEZES-FILHO, 2007.

Outro grave problema em relação aos gastos com educação é o fato de o país possuir um PIB per capita muito baixo. Portanto, por mais que tenhamos atingido níveis internacionais em termos de gastos como percentual do PIB, os gastos por aluno continuam muito aquém do ideal. Mas, apesar das dificuldades, o progresso brasileiro tem sido notável e muito ainda pode ser feito mesmo com os gastos como percentual do PIB permanecendo nas condições atuais.

De acordo com Barbosa e Pessoa (2011, p.202), “o grande desafio que se coloca ao país nos próximos anos é a melhora da qualidade da educação. Essa agenda ocupa hoje o espaço que foi ocupado pelo enfrentamento do problema inflacionário na década de 1990”. O déficit de qualidade observado na educação básica exige uma realocação de recursos a seu favor, assim como algumas reformulações no corpo docente deveriam ser adotadas, em prol de uma educação de mais qualidade.

Para fins de análise, esse trabalho foi dividido em cinco seções, incluindo esta breve introdução. A segunda seção, primeiro capítulo, traz um mapeamento da atual situação do ensino básico brasileiro, com foco maior no ensino fundamental. A seção analisa a formação da atual conjuntura educacional e os principais dados referentes ao momento que passamos, incluindo gastos públicos, matrículas, taxa de alfabetização, entre outros. A terceira seção, capítulo dois, compara alguns dados brasileiros com os de outros países latinos e países desenvolvidos com o objetivo de analisar a situação brasileira de maneira relativa. Já o terceiro capítulo, ou quarta seção, discute alternativas para melhorar a educação nacional sem ter que aumentar os níveis atuais de gastos públicos, que já estão em um patamar relativamente elevado. Por último, a conclusão destaca os principais aprendizados desta pesquisa.

## **2 - O Ensino Fundamental no Brasil**

### **2.1 - Estrutura legislativa e divisão de responsabilidades entre as esferas de governo**

Conforme informa o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2008, pág. 7), “o marco legal da política educacional brasileira é representado pela Constituição Federal (CF) de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), pela Emenda Constitucional (EC) nº 14/1996 e por um conjunto de normas infraconstitucionais e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE).” A CF de 88 não só estabelece o acesso ao ensino fundamental como direito do cidadão, como também exalta sua oferta como direito público também para aqueles que não tiveram acesso em idade própria. A LDB estabelece a obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental com o objetivo de atender à formação básica do cidadão. E, por sua vez, a EC nº 14/1996 enfatiza a obrigatoriedade do ensino fundamental gratuito e assegura a sua oferta a todos que não tiveram acesso e já não têm mais idade escolar. Além disso, a EC sugere a progressiva universalização do ensino médio gratuito. Esse conjunto de leis e normas formaliza para todos os brasileiros, o direito à educação e enfatiza a responsabilidade do ensino fundamental como carro chefe para a educação brasileira.

Além disso, esse arcabouço jurídico fixa uma estrutura de responsabilidades e competências para cada esfera do governo em termos da oferta de educação. Um das características comuns para todas as esferas é o caráter colaborativo, principalmente em efeito cascata. Ou seja, a União e os estados devem colaborar através da transferência de recursos para o desenvolvimento da educação.

De acordo com a legislação, a União é responsável pelo financiamento do ensino superior e de escolas técnicas federais, bem como deve exercer uma função supletiva e redistributiva em favor das unidades subnacionais, por meio de transferências de recursos aos estados, ao Distrito Federal (DF) e aos municípios.

Quanto aos estados, a CF de 1988 e a EC nº 14/1996 estabelecem que eles devem atuar prioritariamente no ensino fundamental e médio. Já a LDB é mais específica e lhes atribui a prioridade de oferecer o ensino médio e colaborar com os municípios para

assegurar o ensino fundamental. Mais uma vez, observa-se o efeito cascata de colaboração. Aos municípios, por sua vez, a Constituição de 1988, complementada pela Lei 9.394/96, estabeleceu a autonomia do município para criar o seu próprio sistema de ensino. A legislação previu, ainda, como alternativa a essa opção, o município compor com o estado um sistema único ou manter-se integrado ao sistema estadual. A Constituição delega aos municípios, responsabilidade prioritária de prover o ensino fundamental e a educação infantil, e em especial a responsabilidade pela manutenção, em regime de colaboração, de programas voltados à educação pré-escolar e ao ensino fundamental. A LDB ratifica essas responsabilidades e os proíbe de atuar/ em outros níveis de ensino sem antes ter atendido plenamente as necessidades de sua área de competência.

Ao analisarmos os dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) referentes às matrículas, constatamos que, em 2010, 63%, ou 16,9 milhões, dos alunos matriculados no sistema público de ensino estavam matriculados no sistema de ensino municipal, enquanto que em 2001 esse mesmo número era 53%. O que os dados nos apontam é um processo de municipalização de todo o ensino fundamental, conforme sugerido pela CF e pela LDB. Separando por regiões, as regiões Norte e Nordeste são as que apresentam a maior percentagem, 64% e 80% respectivamente de alunos da rede pública matriculados em escolas municipais. Região Nordeste teve um processo antecipado, com relação ao conjunto das regiões brasileiras, pois esta teve seu início de municipalização incentivado nos anos de 1970, quando da implementação do Projeto PROMUNICÍPIO – fruto de acordo internacional do Brasil com o Banco Mundial (1974) –, o qual, à semelhança do extinto FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental) (atual FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), significava algum aporte de recursos aos municípios (pobres e muito pobres) da região, sem a adesão ao quais tais recursos não seriam repassados<sup>2</sup>. Nas outras três regiões, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, o percentual de alunos da rede pública municipal matriculado no ensino fundamental era de 54%, 51% e 49%, respectivamente. Por outro lado, as regiões que apresentaram a maior taxa de municipalização, se assim podemos chamar, foram o Centro-Oeste e o Sudeste. No período de 2001 a 2010, as taxas de alunos do setor público matriculados em escolas

---

<sup>2</sup> ARELALO, Gomes Regina Lisete, 2005.

municipais dessas duas regiões apresentaram um crescimento de 26% e 23%, respectivamente.

Tabela 1 - (%) de alunos da rede pública matriculados em municípios brasileiros. 2001 – 2010.

Região	2001	2010	Var (%)
Brasil	35.298.089	31.005.341	-12,2%
Norte	3.272.305	3.283.848	0,4%
Nordeste	12.430.998	9.564.009	-23,1%
Sudeste	12.672.107	11.847.131	-6,5%
Sul	4.379.710	4.049.228	-7,5%
Centro-Oeste	2.542.969	2.261.125	-11,1%

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)

O fato de ocorrer uma clara municipalização do ensino fundamental, conforme mostram os dados do INEP, tem grande participação da Constituição de 1988, promulgada após a redemocratização do País, que deu destaque a universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo. No artigo 211, parágrafo 2º, a Constituição propõe que os “municípios atuem prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil”. Observa-se que a CF e a LDB reconhecem a autonomia dos municípios como unidade federada, atribuindo-lhe importantes responsabilidades na área educacional, além de propositalmente descentralizar o ensino brasileiro. Mas esse movimento não foi somente de privilégio nacional. Conforme mostram Donaldo Bello de Souza e Lia Ciomar Macedo de Faria (2004), o período da década de 80, quase anos 90, foi marcado por inúmeras reformas em prol da redemocratização de economias que vinham de regimes autoritários, no Brasil e em outros países da América Latina. Além disso, houve uma forte pressão internacional em prol de uma melhoria na educação em países com baixíssimo grau de alfabetização, como era o caso do Brasil.

No Anexo I apresenta-se quadro com a estrutura de competências e responsabilidades das esferas de governo na área educacional, de acordo com o IPEA (2007).

## 2.2 - Variação dos gastos públicos com educação: 2000 a 2009

BARROS MENDONÇA (1997, p.1) sobre investimentos em educação destaca que “o nível educacional da população adulta de um país é o resultado de décadas de investimento em educação, da mesma forma que o estoque de capital físico da economia é o resultado de décadas de investimento em máquinas, equipamentos e infraestrutura”. O autor enfatiza ainda que “a motivação e a racionalidade para os investimentos em capital educacional são os impactos que incrementos no capital educacional têm sobre diversos aspectos do desenvolvimento socioeconômico do país”.

No Brasil, conforme foi definido pela CF, LDB e demais leis ordinárias, a estrutura de financiamento da educação é baseada no regime de colaboração entre as três esferas do governo. “Em relação à divisão das fontes de recursos e das responsabilidades pelos gastos do sistema educacional entre as esferas de governo, observa-se que a União divide a aplicação de seus recursos na manutenção do sistema federal, na execução de programas próprios e em transferências para os sistemas estaduais e municipais. Por sua vez, os estados, na composição de seus recursos, somam aqueles recebidos da União aos provenientes de suas fontes, os quais são utilizados na manutenção e expansão de seus sistemas de ensino. Finalmente, na composição dos recursos destinados à manutenção e à expansão de suas redes de ensino, os municípios recebem recursos da União e dos estados, os quais somam-se a recursos próprios. Ou seja, seguindo o que estabelece a norma legal, observa-se entre os entes federados um financiamento baseado em regime de colaboração, com ação supletiva e redistributiva da União e dos estados, condicionada à plena capacidade de atendimento e ao esforço fiscal de cada esfera.” (texto para discussão | 1352 | IPEA, 2008, pág. 13)

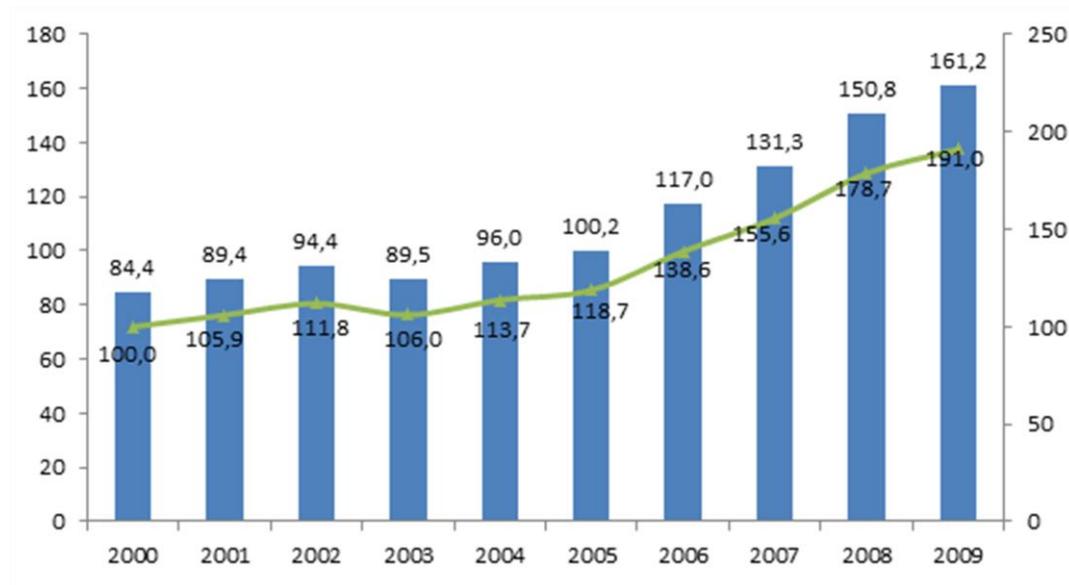
Apesar da CF de 88, ter instituído que 25% das receitas federais de estados e municípios e 18% das receitas da União devem ser destinados exclusivamente à educação, esta verba não se mostrou suficiente para garantir o financiamento adequado ao ensino obrigatório, conforme destaca Semeghini (2001). Ainda de acordo com este autor, os aspectos mais críticos nos investimentos em educação, principalmente no ensino fundamental, só foram atendidos com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) em 1996, que por sua vez foi ampliado e substituído em 2007 pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da

Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB), passando então a atender toda a educação básica, da creche ao ensino médio.

A apresentação dos gastos abaixo está baseada no conceito de Gasto Público Educacional (GPEdu) do IPEA, “que compreende os recursos financeiros brutos empregados pelo setor público no atendimento das necessidades e direitos educacionais que corresponde ao custo de bens e serviços – inclusive bens de capital – e de transferências, sem deduzir o valor de recuperação – depreciação e amortização dos investimentos em estoque, ou recuperação do principal de empréstimos anteriormente concedidos”.

O gráfico 1 mostra que, em termos de valor constante, houve um aumento real do gasto em educação realizado pelas três esferas de governo no período que vai de 2000 até 2009, saindo de R\$84,4 bilhões para R\$161,2 bilhões, o que representa um crescimento real de 91,0% em 10 anos, equivalente a 7,5% ao ano. Ao observamos o gráfico, fica claro que esse crescimento não ocorreu de forma linear, pois houve anos sem crescimento (na verdade com retração no crescimento), como o ano de 2003 e, a partir de 2006, observa-se uma forte aceleração.

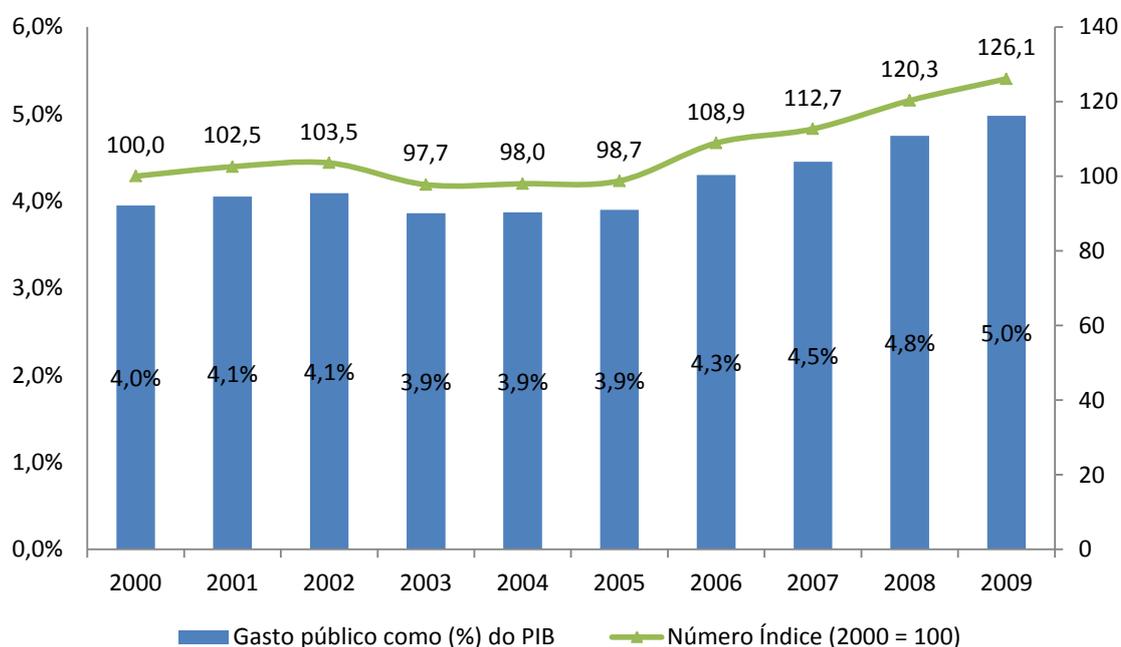
Gráfico 1 - Gastos públicos em Educação. Brasil, 2000 – 2009.



Fonte: IPEA

Ao analisarmos os gastos como percentual do PIB, percebemos que também houve aumento significativo (gráfico 2), saindo de 4,0% para cerca de 5,0% no período de 2000 a 2009. No entanto, percebe-se que nos primeiros cinco anos o indicador ficou praticamente constante, variando de 4,0% em 2000, para apenas, 3,9% em 2005. Porém, assim como observado no gráfico anterior, houve um crescimento acelerado a partir desse ano, subindo de 3,9% em 2005 para 5,0% em 2009. Portanto, em 10 anos a política educacional dos diferentes entes federados elevou sua participação na renda nacional em apenas 1% do PIB.

Gráfico 2 - Gastos públicos em Educação como (%) do PIB. Brasil, 2000 – 2009

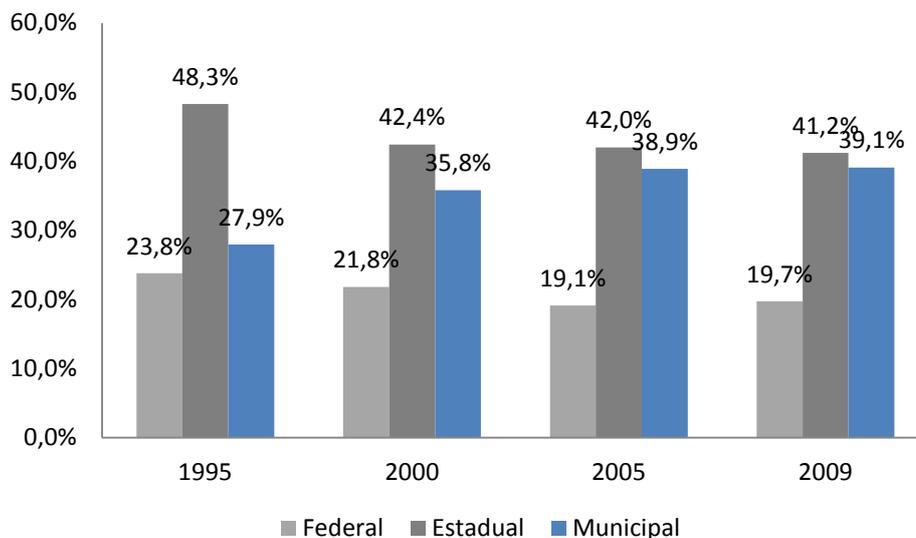


Fonte: IPEA

Isto evidencia que o crescimento do gasto significativo ocorreu a partir de 2005 e antes disso o período apenas acompanhou o crescimento da economia brasileira como um todo.

O gráfico 3 apresenta os gastos com educação pública por ente federado como percentual do gasto total. Ao observar esses dados, nota-se um aumento significativo na participação dos municípios, que obteve um aumento de 11 p.p (pontos percentuais) entre 1995 e 2009, enquanto o governo federal e o governo estadual diminuíram suas participações em 4 e 7 p.p, respectivamente.

Gráfico 3 - Investimento total em educação pública por unidade da federação como (%) do total. Brasil, 1995 - 2009.



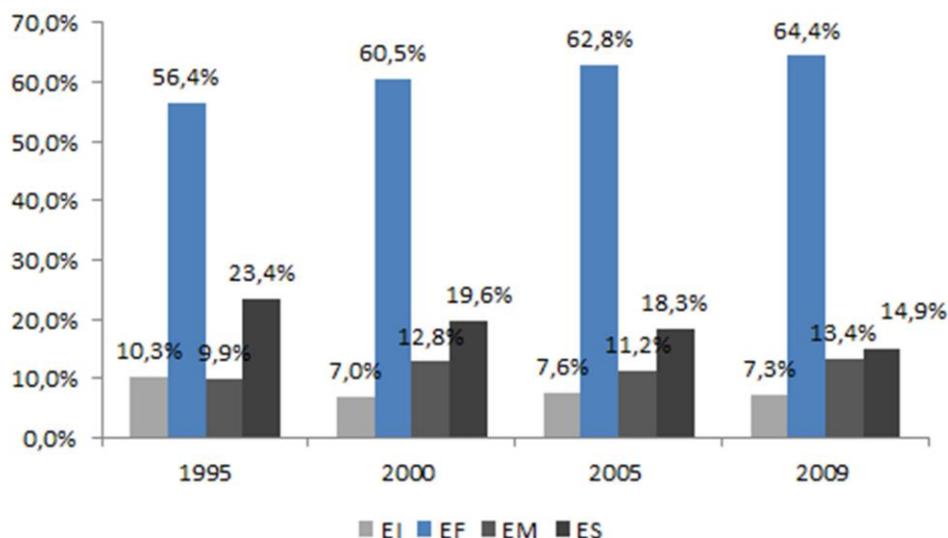
Fonte: IPEA

Os dados referentes aos recursos educacionais demonstram que as esferas de governo assumiram as determinações da atual CF brasileira que, conforme observamos, atribuem a estados e municípios a responsabilidade pela oferta da educação básica. A estrutura de financiamento adotada a partir de meados da década de 90, ao priorizar o ensino fundamental, aumentou consideravelmente a receita em poder dos municípios, esfera que é responsável pelo atendimento a esse nível de ensino.

Através do extinto Fundef enfatizou-se a priorização do atendimento no ensino fundamental, o que levou a um grande aumento da rede municipal neste nível e fez com que grande parcela das receitas estaduais fossem transferidas aos municípios. Porém, vale ressaltar que os recursos estaduais em termos absolutos não declinaram no período.

No gráfico 4, quando analisamos a distribuição de recursos entre as subáreas de ensino como percentual do total, observamos que o ensino fundamental ganhou uma importância cada vez maior entre 1995 e 2009, aumentando sua participação de 56,4% para 64,4%, um aumento de 800 bps (pontos base). Além do ensino fundamental, percebemos também, um aumento na relevância do ensino médio. Por outro lado o ensino superior sofreu uma grande perda proporcional de recursos, caindo de 23,4% em 1995 para 14,9% em 2009, um impacto negativo de 850 bps. O ensino infantil perdeu participação de 3 p.p em 14 anos.

Gráfico 4 - Investimento por modalidade de ensino como % do investimento total. Brasil, 1995 - 2009.



Legenda:

EI: Ensino Infantil; EF: Ensino Fundamental; EM: Ensino Médio; ES: Ensino Superior

Fonte: IPEA

### 2.3 - Panorama atual do Ensino Fundamental: matrículas, professores, turmas e taxa de alfabetização.

Para compreender melhor a educação no ensino fundamental do país, é necessário termos uma foto do panorama atual. Para isso, vamos analisar dados estatísticos gerais referentes às matrículas, professores e salas de aula. Estes dados foram extraídos do site<sup>3</sup> do INEP e também da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2009.

#### 2.3.1 - Matrículas

O Brasil, em 2010 – último ano com dados disponíveis consolidados – tinha cerca de 31,0 milhões de alunos matriculados no ensino fundamental regular, dos quais 87%, ou cerca de 27,1 milhões em escolas públicas (Tabela 2). Ou seja, 87% do atendimento escolar fundamental era feito pelo Poder Público, e somente 3,9 milhões de alunos (cerca de 13% do total), aproximadamente, eram alunos de escolas privadas. Apesar das proporções terem se mantido mais ou menos constantes entre 2001 e 2010, houve uma pequena piora em relação ao ano de 2001, quando o Plano Nacional de Educação foi

<sup>3</sup> <http://portal.inep.gov.br>

criado, e a relação dos alunos matriculados era de aproximadamente 91% público e 9% privado.

Tabela 2 - Número de matrículas no Ensino Fundamental por esfera pública e privada. Brasil, 2001 - 2010.

Esfera	2001	2010	Var (%)
Brasil	35.298.089	31.005.341	-12,2%
Público	32.089.803	27.064.103	-15,7%
(%) Pub/Total	90,9%	87,3%	3,6%
Privado	3.208.286	3.941.238	22,8%
(%) Priv/Total	9,1%	12,7%	3,6%

Fonte: INEP

Um fato que chama a atenção quando olhamos as matrículas no ensino fundamental no Brasil em 2010 é que o número de matrículas entre a primeira e a quarta séries - (15,0 milhões) muito parecido com o número de matrículas entre a quinta e a nona séries (16,0 milhões). Um dado muito distinto dos números de 2001, onde na primeira metade o total de alunos matriculados era de aproximadamente 19,7 milhões e na segunda metade, o correspondia a 15,6 milhões. Ou seja, em 2001 houve uma perda de 21% numa etapa do ensino em que os números deveriam ser semelhantes. Os dados de 2010 mostram que a continuidade nos estudos dos alunos ano pós ano melhorou no período.

Olhando esses números um pouco mais a fundo (Tabela 3), percebemos que em 2010, o total de alunos matriculados no último ano do ensino fundamental era cerca de 14% menor se comparado com a quarta série (que marca o meio do ensino fundamental). Esse é um dado preocupante, pois nos diz que cerca de 14% dos alunos que estão matriculados em meados do ensino fundamental desaparecem do sistema escolar, ou seja, não se formarão. O número continua muito alto, mas já é uma melhora frente aos cerca de 26% apresentados na mesma relação no ano de 2001.

Se fizermos essa mesma análise por regiões no Brasil, constatamos que não possuímos uma situação homogenia; nas regiões menos ricas, Norte e Nordeste, essa defasagem aumenta. Em 2010, nas regiões Norte e Nordeste apenas cerca de 69% e 75%, respectivamente, dos alunos matriculados na quarta série do ensino fundamental se matriculavam na oitava. Ou seja, a média das duas regiões é de cerca de 27% de

perda frente a cerca de 14% do país. Em números, de um total de 1,5 milhões de alunos, apenas 1,1 milhões chegam até o último ano do ensino fundamental nessas regiões. Nas regiões mais ricas, porém, o percentual de perda cai significativamente – Sudeste = 7,1%; Centro-Oeste = 2% e Sul = 0%. Na verdade, na região Sul havia mais alunos matriculados na oitava série do ensino fundamental do que na quarta série.

Tabela 3 - (%) de alunos matriculados na 9ª série sobre os da 4ª série do Ensino Fundamental. Brasil, 2001 - 2010.

Região	2001	2010	Var (%)
Brasil	74,2%	86,4%	12,2%
Norte	50,7%	68,6%	17,9%
Nordeste	59,4%	75,1%	15,7%
Sudeste	92,2%	92,9%	0,7%
Sul	78,3%	105,4%	27,1%
Centro-Oeste	81,9%	98,0%	16,2%

Fonte: INEP

Ainda referente às matrículas, atualmente 98% da população que deveria estar cursando o ensino fundamental se encontra matriculada. Esse número é muito relevante, principalmente se voltarmos a citar a CF de 1988, que estabeleceu a universalização do acesso à escola como uma de suas principais contribuições sociais. Em 1992, a taxa de frequência bruta<sup>4</sup> era 86,6% e em 2001, 96,5%. Portanto, a CF desempenhou um papel muito mais relevante do que o PNE de 2001 que tinha como meta universalizar o ensino até 2010.

### 2.3.2- Professores

Em 2010, no Brasil, havia cerca de 2,0 milhões de professores na educação básica. Destes, 70%, ou 1,4 milhões são professores no Ensino Fundamental. Dentre estes, 71% possuem curso superior completo (Tabela 4). Em 2001, esse mesmo percentual era de 50%, o que representava 793 mil professores. Esse é um dado muito relevante, pois mostra um aumento significativo, ou mais especificamente de cerca de 21 p.p., do percentual de professores que possuem escolaridade em nível superior, e,

<sup>4</sup>A taxa de frequência bruta à escola fornece o percentual da população por faixa etária que frequenta a escola, independente do grau de ensino em que está matriculada.

portanto, uma qualificação maior. Sendo assim, é de se esperar que a qualidade de ensino tenha aumentado no período.

Mais uma vez esses números são heterogêneos entre as cinco regiões do país. No Norte e Nordeste o percentual de professores que possuem escolaridade superior é de 55% e 52%, respectivamente. Ao passo que nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, esse percentual é de 83% na média.

Tabela 4 - (%) de professores do Ensino Fundamental com escolaridade superior completa. Brasil, 2001 – 2010.

Região	2001	2010	Var (%)
Brasil	53,4%	62,5%	9,1%
Norte	56,7%	64,3%	7,7%
Nordeste	67,4%	79,8%	12,4%
Sudeste	43,5%	54,2%	10,7%
Sul	46,6%	51,4%	4,7%
Centro-Oeste	39,3%	49,1%	9,8%

Fonte: INEP

### 2.3.3 - Turmas

O número de alunos por turma no Ensino Fundamental diminuiu de 28 alunos em 2001 para 24 alunos em 2010 (Tabela 1.5). Essa redução de 15% no número total de alunos por turma é um reflexo do aumento no número de salas de aula combinado à diminuição no número total de alunos matriculados. Em 2010 havia 1.286.361 turmas e 31,0 milhões de alunos matriculados, enquanto que em 2001 havia 1.245.259 turmas e 35,3 milhões de alunos. Estas diminuições, supostamente, deveriam causar um impacto positivo na aprendizagem, pois o professor conseguiria atribuir uma atenção maior aos seus alunos, auxiliando aqueles que necessitam de mais ajuda. Além disso, uma quantidade maior de aluno por turma indica um dispêndio de tempo em transições de atividades ou interrupções, como pedidos de silêncio, por exemplo (Martin<sup>5</sup>, 2010). Para se ter uma base comparativa, de acordo com o relatório “*Education at Glance*

<sup>5</sup> Carnoy Martin , “A vantagem acadêmica de Cuba”

2011:OECD Indicators<sup>6</sup>”, nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que possuem um desempenho acadêmico 28% melhor do que o Brasil no exame do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA - Programme for International Student Assessment), a média é de 16 alunos por professor.

Tabela 5- Quantidade de alunos do Ensino Fundamental por turma. Brasil, 2001 – 2010.

Região	2001	2010	Var (%)
Brasil	28	24	-15,0%
Norte	29	24	-16,3%
Nordeste	28	23	-18,9%
Sudeste	30	26	-13,9%
Sul	25	23	-9,2%
Centro-Oeste	28	24	-13,5%

Fonte: IPEA

#### 2.3.4 – Taxa de alfabetização

Segundo definição internacional, o grau de analfabetismo de uma população é medido pela taxa de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever um bilhete simples. Segundo mostram os dados do PNAD, o Brasil vem se tornando cada vez mais um país alfabetizado. Em 2001, a taxa de analfabetismo no Brasil era 12,4%, e em 2009, a taxa foi de 9,7%. Isso equivale a uma melhora de 2,7 p.p em 8 anos, ou seja, 0,34% ao ano. Portanto, a meta do PNE de até 2010 erradicar o analfabetismo no país não chegou nem perto de ser atingida, e nesse ritmo, só será alcançada em 2038.

Por outro lado, as medidas de universalização da educação surtiram efeitos melhores no que diz respeito à taxa de alfabetização. Na faixa etária dos alunos do ensino fundamental regular, o analfabetismo está quase erradicado. Atualmente, somente 1,5% da população entre 15 e 17 anos é analfabeta e na população de 18 a 24 essa taxa também é baixa, 2,1%. O maior índice se encontra na população com mais de 40 anos, onde 16,5% das pessoas são analfabetas. Nesse sentido, as perspectivas são

<sup>6</sup> Educação em um relance 2011:Indicadores da OCDE. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização internacional e intergovernamental que agrupa os países mais industrializados da economia do mercado.

bastante promissoras, visto que a taxa de analfabetismo é bem menor entre os jovens do que entre os mais velhos. No entanto, as taxas devem permanecer elevadas devido ao número de pessoas acima de 40 anos na população.

### **3 - Comparação entre Brasil, países da OCDE e da América Latina**

A universalização do ensino fundamental no Brasil nas últimas décadas deslocou o problema de acessos escolar para o nível de qualidade das aulas, que pode ser avaliado pelas baixas notas dos alunos em provas internacionais como o PISA. O PISA - Programme for International Student Assessment (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) – testa conhecimentos e habilidades em leitura, matemática e ciências de alunos de 15 anos dos 34 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e, em 2009, de outros 31 países convidados, entre eles o Brasil. Em 2000, o Brasil realizou a prova pela primeira vez e obteve uma pontuação média de 368 pontos, ficando na penúltima colocação, as frente do Peru. De acordo com o resultado do PISA de 2009, o Brasil teve uma pontuação média de 401 pontos, ocupando a 53<sup>o</sup> posição em leitura e a 57<sup>a</sup> posição em matemática em um total de 65 países participantes. Apesar da melhora de 33 pontos, terceira maior melhora do período, atrás apenas de Luxemburgo (38 pontos de aumento) e Chile (37 pontos de aumento), isso nos deixa com um rendimento acadêmico comparável a países como Trinidad e Tobago, Colômbia, Montenegro, Jordânia e Argentina. De acordo com o Banco Mundial, em 2010, esses países possuíam um PIB de US\$20.6 bi, US\$288.2 bi, US\$4.1 bi, US\$27.6 bi e US\$368.8 bi, respectivamente. Ao passo que o Brasil possuía um PIB de US\$2,1 trilhões. Ou seja, em termos de riqueza, esses países encontram-se em um patamar distante do Brasil, porém, em termos de qualidade da educação, há uma proximidade relevante. O que buscamos entender é como o Brasil está posicionado em termos mundiais no que diz respeito a investimentos na educação.

Após uma análise dos principais dados referentes ao Brasil, é interessante compreendermos onde estamos hoje se nos compararmos com o resto do mundo. Neste capítulo, vamos comparar o Brasil a alguns países da OCDE sob diversas métricas, incluindo algumas já analisadas previamente como universalização e gastos com educação. Outras métricas, como qualidade de ensino e alguns fatores que contribuem para a aprendizagem, também serão comparados. Todos os dados apresentados a seguir, a não ser onde estiver indicada uma referência específica, foram retirados do relatório anual “Education at Glance 2011” e podem ser facilmente encontrados no site da OCDE, assim como a lista de países membros do grupo e países parceiros, como é o caso do Brasil. Os dados poderão divergir daqueles previamente mostrados no capítulo

I, devido a diferenças na metodologia de cálculo. A não ser onde indicado diferente, os dados a seguir são referentes ao ano de 2008, último ano de observações disponíveis.

Cabe ressaltar aqui que cerca de 70% dos gastos governamentais com educação são destinados a pagar salários de professores, profissionais e servidores públicos que atuam nessa área. Aqui no Brasil essa proporção é um pouco menor do que a média da OCDE, que gira em torno de 80%. Os gastos restantes são referentes a transportes, alimentação, conselho tutelar, material escolar etc.

### 3.1 – Comparação dos gastos com educação entre países

Aproveitando os dados do item “Gastos Públicos com Educação: 2000 – 2009” do capítulo I, vamos analisar como os gastos do Brasil se comparam com os gastos de países que passam por um processo de melhoria na educação, como o Chile, e de outros que já se consolidaram como educadores de primeira linha, como a Finlândia e Coreia do Sul.

Conforme observamos previamente, os gastos brasileiros com educação em percentagem do PIB romperam recentemente a barreira dos 5%. Se comparamos esses gastos com a média da OCDE, percebemos que estamos um pouco abaixo, mas não muito, principalmente se consideramos que o percentual brasileiro indicado na Tabela 6 não inclui os gastos privados. Ainda assim, comparados aos dos demais países listados na tabela, os gastos brasileiros em educação são os menores, a exceção do Japão. Um dos fatores que mais chama a atenção, é o fato do Brasil, dentre todos os países citados na tabela abaixo, apresentar o pior resultado no PISA e, ao mesmo tempo, é o país que menos investe em educação, com exceção do Japão, que ocupa a 9ª colocação no exame internacional em uma amostra que conta com 65 países. Apesar de investir menos que o Brasil em percentagem do PIB, o Japão ocupou a 9ª colocação no PISA 2009, enquanto o Brasil ficou na 53ª posição.

Tabela 6 - Gastos totais com educação em percentagem do PIB

País	Pré-escola	Fundamental	Médio	Superior	Total
EUA	0,4	3,0	1,1	2,7	7,2
Japão	0,2	2,0	0,8	1,5	4,9
Finlândia	0,4	2,3	1,4	1,7	5,9
Coréia do Sul	0,2	2,7	1,5	2,6	7,6
Chile	0,7	2,8	1,4	2,2	7,1
México	0,7	2,9	0,8	1,2	5,8
Argentina	0,6	3,4	0,9	1,2	6,1
Brasil*	0,4	3,4	0,7	0,8	5,3
Média OCDE	0,5	2,5	1,2	1,5	5,9

\*Somente gastos públicos

Fonte: Education at Glance 2011

Porém, vale ressaltar que o Brasil, junto com a Argentina, é o país que mais investe no ensino fundamental, principal foco da educação brasileira, conforme previamente abordado no capítulo I.

Quando olhamos os gastos por alunos para cada nível de ensino, os números se tornam mais preocupantes. A tabela 7 mostra os gastos por alunos em termos de paridade do poder de compra (PPP) para o ano de 2008. De acordo com o *relatório Education at Glance*, o Brasil é o 2º país que possui o menor gasto por aluno em uma amostra com 42 países, ficando atrás apenas da China.

Tabela 7 - Gastos totais por aluno com educação em US\$ PPP

País	Pré-escola	Fundamental 1	Fundamental 2	Médio	Superior	Total
EUA	10.070	9.982	11.551	12.690	29.910	14.923
Japão	4.711	7.491	8.621	9.559	14.890	9.673
Finlândia	5.334	7.092	10.950	7.461	15.402	9.463
Coréia do Sul	4.281	5.420	6.307	9.666	9.081	7.434
Chile	3.951	2.707	2.596	2.548	6.829	3.520
México	2.391	2.246	1.853	3.277	7.504	2.763
Argentina	2.213	2.511	3.392	3.785	4.411	3.204
Brasil*	1.726	2.155	2.305	1.660	11.610	2.416
Média OCDE	6.210	7.153	8.498	9.396	13.717	8.831

\*Somente gastos públicos

Fonte: Education at Glance 2011

Ao analisarmos esses dados, percebemos que apesar do Brasil destinar boa parte dos recursos para o ensino fundamental, os gastos por aluno nessa fase do ensino estão muito abaixo da média mundial. Para ser mais preciso, o Brasil atualmente gasta apenas 30% do que os países da OCDE gastam nos primeiros anos do Ensino Fundamental (Fundamental 1) e 27% nos últimos anos (Fundamental 2). Os gastos por aluno na pré-escola também chamam a atenção; em termos de percentagem do PIB, o Brasil não fica

muito atrás da média mundial, mas em termos de gastos brasileiros por aluno na pré-escola representam apenas 27% dos gastos da OCDE no mesmo segmento. Isso, provavelmente, deve-se ao fato do Brasil ainda não ter passado por sua transição demográfica. Sendo assim, possuiria mais alunos nessa faixa de ensino do que outros países com uma população mais envelhecida.

Por outro lado, os gastos brasileiros por aluno no ensino superior, se equiparam com a média mundial, ficando em torno de 85% da média da OCDE. Levando em conta que só estão computados os gastos públicos do Brasil, é curioso constatar que o maior gasto por aluno está no ensino superior, onde 90% das matrículas nesse setor são em instituições privadas. Poderia se especular que os gastos por aluno no ensino superior seja muito maior, porque há muito investimento em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) e os professores são mais qualificados. Porém somente 20% dos gastos no ensino superior são destinados à P&D ao passo que a média da OCDE de investimentos em P&D gira em torno de 30%. Atualmente gastamos cerca de cinco vezes mais por aluno do ensino superior do que no ensino fundamental, enquanto que a média da OCDE gasta menos de duas vezes. Essa razão é a maior entre todos os países observados e mais do que o dobro que apresenta o México, segundo país com a maior razão superior/fundamental. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), o Brasil em 2011 possuía aproximadamente 6,4 milhões de alunos matriculados no ensino superior. Se a razão superior/fundamental fosse reduzida pela metade, deixando-a um pouco acima da média dos países da OCDE, uma quantidade de recursos na casa dos R\$37,2 milhões de reais poderia ser destinado à educação básica e, prioritariamente, ao ensino fundamental.

Os gastos por aluno, no entanto, dependem da arrecadação do governo, que por sua vez, depende do PIB per capita. Portanto, para chegarmos a um resultado mais conclusivo, devemos analisar quanto o país gasta em termos de PIB per capita para cada um dos níveis de ensino. A tabela 8 apresenta os gastos com educação em percentagem do PIB per capita.

Tabela 8 - Gastos com educação como percentual do PIB per capita

País	Pré-escola	Fundamental 1	Fundamental 2	Médio	Superior	Básico e Superior
EUA	21%	21%	25%	27%	64%	32%
Japão	14%	22%	25%	28%	44%	29%
Finlândia	14%	19%	29%	20%	41%	25%
Coréia do Sul	16%	20%	23%	36%	34%	28%
Chile	27%	19%	18%	17%	47%	24%
México	16%	15%	12%	22%	49%	18%
Argentina	15%	17%	24%	26%	31%	22%
Brasil*	16%	20%	21%	15%	106%	22%
Média OCDE	19%	21%	24%	27%	41%	27%

\*Somente gastos públicos

Fonte: Education at Glance 2011

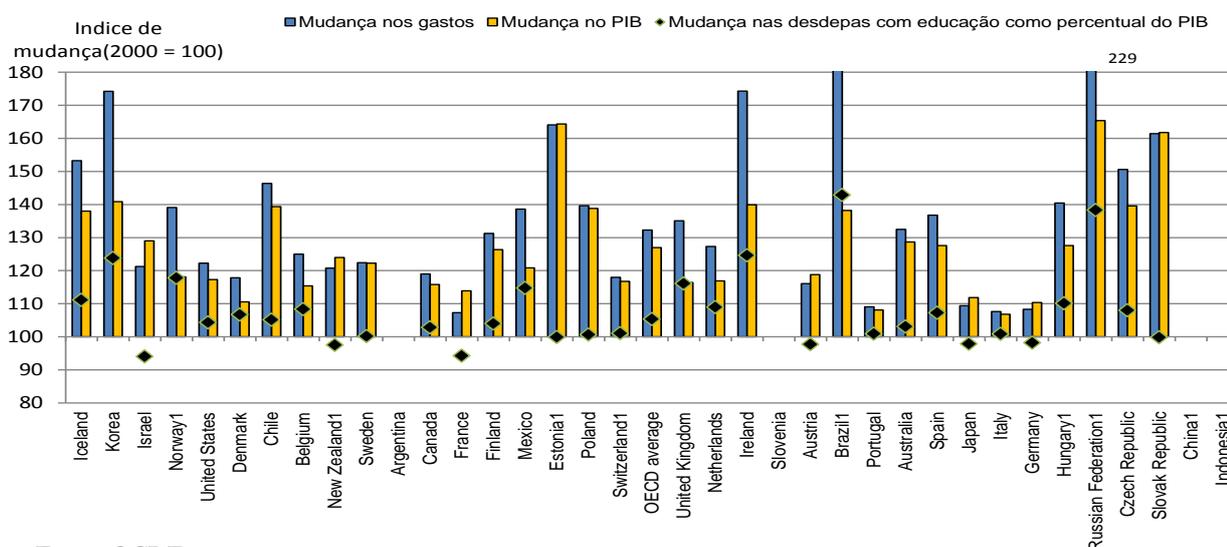
Por esses dados, podemos observar que o Brasil investe menos do que a média da OCDE em quase todas as fases de ensino, com exceção do ensino superior, no qual investe por aluno 106% do PIB per capita. Salta aos olhos o baixíssimo gasto com o ensino médio, fase muito importante na preparação para o vestibular. Certamente, isso contribui para explicar porque as faculdades públicas possuem uma majoridade de alunos provindos de escolas particulares.

No ensino fundamental, os gastos brasileiros se aproximam da média da OCDE. Porém, como vimos no capítulo I, os esforços em aumentar o investimento no ensino fundamental vem mostrando resultados nos primeiros anos deste segmento, mas estão aquém do que deveriam em sua metade final, ou fundamental II, onde há uma considerável evasão escolar. Cabe lembrar também que o Brasil possui um nível educacional em termos de resultados no PISA muito atrás dos países apresentados, portanto usar a média da OCDE como benchmark para alcançar os principais objetivos, não parece ser o ideal, pois a maioria desses países já passaram do estágio de investimento primário. Ou seja, para alcançar os resultados acadêmicos apresentados pelos países da OCDE, o Brasil deve investir mais do que eles e não somente o mesmo valor..

Por outro lado, o gráfico 5 indica que o Brasil é o país que mais vem aumentando seus investimentos em educação nos últimos anos. Conforme analisamos no primeiro capítulo, o *boom* do investimento brasileiro em educação ocorreu em 2006, antes disso estávamos estagnados. Esse crescimento nos credenciou como o segundo país que mais investiu em educação, ficando atrás apenas da Rússia. Se observarmos esse aumento de

investimento em educação como percentual do PIB, o Brasil foi o país que mais aumentou seus esforços em uma amostra com 32 países. Além do Brasil, somente outros dois países aumentaram seus investimentos em educação como percentual do PIB em mais de 1 ponto percentual, a Coréia do Sul (de 6,1% para 7,6%) e a Irlanda (de 4,5% para 5,6%). Os dados para outros países podem ser observados no gráfico 5

Gráfico 5 - Mudança nos gastos, no PIB e nas despesas com educação como percentual do PIB. 2008



Fonte: OCDE

Esse aumento em educação poderia estar relacionado ao aumento dos gastos públicos no país. Porém, os gastos com educação como percentual dos gastos públicos, passaram de 11% para 17% entre 1995 e 2008, o que representou um aumento total de 55% no período. O crescimento dos gastos brasileiros com educação como percentual dos gastos públicos totais, foi o maior aumento registrado para o período em questão comparado aos outros países da amostra. De acordo com o *relatório Education at Glance 2011*, da OCDE, o segundo país que mais elevou essa proporção, foi a Holanda, que registrou um aumento de 30% no mesmo período. Atualmente, o Brasil é o terceiro país, dentre os 42 países analisados no relatório, que mais destina gastos públicos à educação, ficando atrás somente do México e Nova Zelândia, que gastam respectivamente, 20,6% e 18,6%. Os países da OCDE destinam em média, 13% dos seus gastos públicos para o setor de educação.

Se analisarmos somente os gastos com o ensino básico, o Brasil e o México são os dois países que mais destinam recursos públicos à educação. O México destina 14% dos seus recursos, enquanto o Brasil, 13%. Logo atrás vem o Chile e a Nova Zelândia com 12% aproximadamente. Ou seja, esse é mais um indício de que o país vem se preocupando com a educação básica.

Conclui-se que, apesar de continuar muito abaixo dos níveis de investimento desejáveis, o Brasil tem feito grandes esforços na área educacional e, principalmente, no ensino fundamental, onde concentra-se a maior parte de seus investimentos e metas. Ao considerar que o crescimento destes investimentos se deu a partir de 2006, é razoável supor que o PISA 2009 não tenha refletido plenamente as mudanças potenciais em andamento, embora os resultados desta avaliação internacional tenham apontado o Brasil como o terceiro país que apresentou uma maior evolução da educação básica, entre os 65 países avaliados, ficando atrás apenas de Luxemburgo e Chile. A 53ª posição neste *ranking* revela, entretanto, que os esforços ainda são insuficientes.

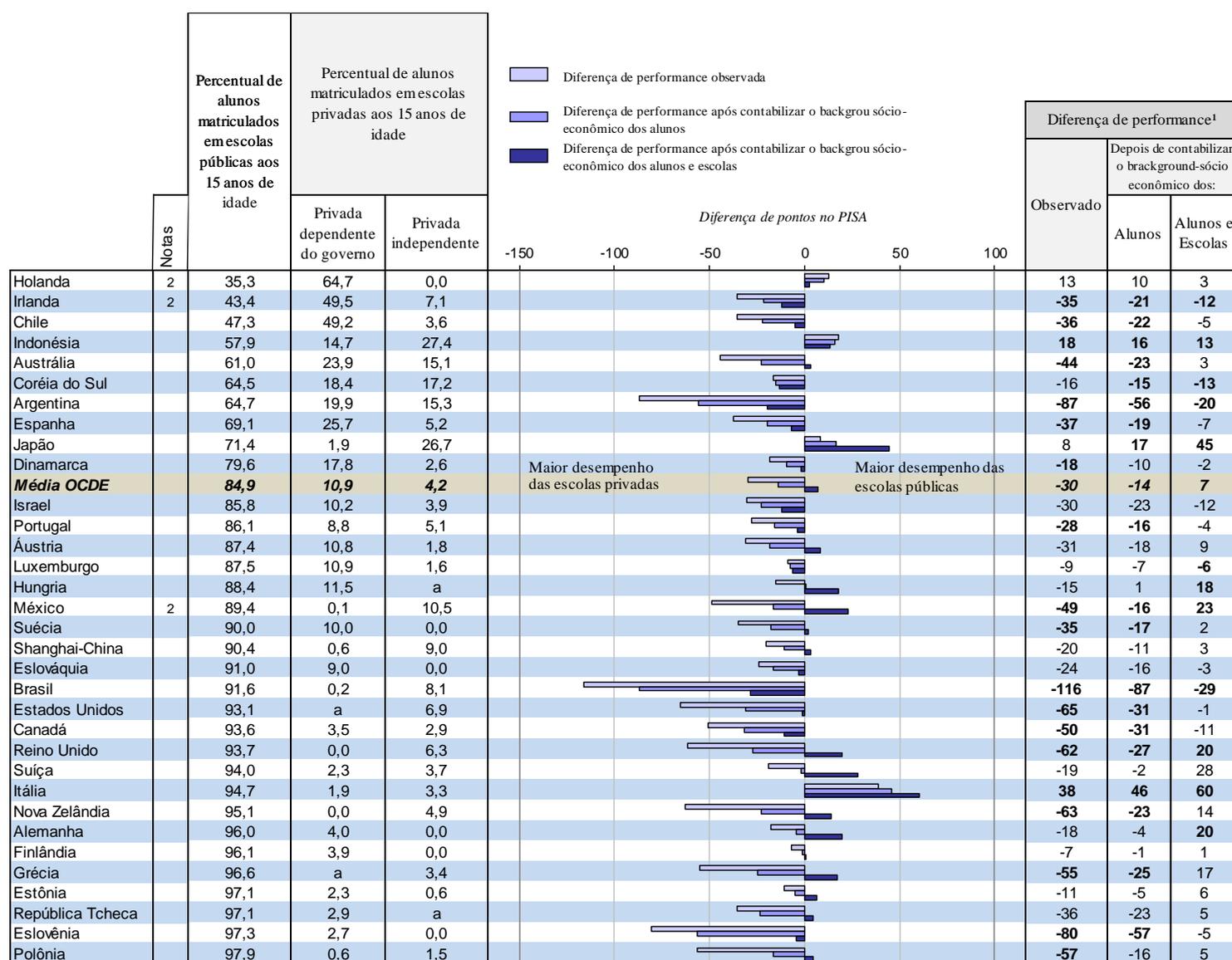
### 3.2 - Desempenho das escolas privadas em comparação com as escolas públicas

É de comum saber que a maior parte da educação fundamental no mundo é gratuita. Porém, há uma pergunta principal em torno da qualidade da educação nas escolas públicas. O gráfico 2.2 faz uma comparação do rendimento de alunos de 15 anos no PISA 2009 em leitura. Os dados mostram que na maior parte dos países, os alunos das escolas privadas obtêm melhores resultados nos testes comparativamente aos alunos da rede pública, mesmo quando não se considera o efeito do passado do aluno. Porém, em alguns países e na média da OCDE, quando se considera o *background*<sup>7</sup> da escola e do aluno, as instituições públicas apresentam um resultado melhor. A consideração do *background* tem se mostrado bem relevante. De acordo com o relatório, um estudante que é imigrante pontua na média 27 pontos abaixo de um estudante de que é nativo. Há quatro exceções, Holanda, Japão, Indonésia e Itália, que em nas três análises realizadas apresentam um desempenho melhor das escolas públicas em relação as escolas particulares.

---

<sup>7</sup> Ver CORNOY, Martin 2010 e “*Education at Glance:2010*”

Gráfico 6- Diferença de desempenho em leitura na idade de 15 anos, por escolas públicas e privadas



Nota: Na média em países da OCDE, 39 pontos no exame PISA de leitura, correspondem a um ano escolar de alunos com 15 anos de idade

1. Diferenças estatisticamente relevantes em desempenho estão dispostas em negrito.

2. Definições de instituições privadas no PISA são baseadas no nível de investimento do governo e também no nível de gerência e regulação governamental. Países estão ordenados de forma decrescente de acordo com o percentual de alunos matriculados em escolas públicas.

Fonte: OCDE PISA 2009 Database, Tabela IV.3.9.

Dentre todos os países, o Brasil mais uma vez se destaca. Mesmo quando se considera o *background* socioeconômico da escola e do aluno, os resultados das escolas privadas brasileiras são significativamente melhores do que os resultados das escolas públicas. Os recuos da família de cada estudante explicam muito a respeito da variação do desempenho acadêmico, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento. Esses resultados implicam um agravamento da situação de estrutura social no país, marcada pela excessiva desigualdade de renda e de *status*. Em países

com PIB per capita elevado, as pessoas com menor renda ainda possuem uma condição de vida relativamente boa em comparação a países com grande concentração de renda e de baixo PIB per capita, como o Brasil. Como exemplo, um pobre na Suécia certamente possui uma condição de vida infinitamente significativamente melhor do que um pobre no Brasil. A diferença socioeconômica no país está entre as maiores do mundo e tende a se perpetuar, caso os resultados das escolas públicas não melhorem.

Outro ponto que deve ser chamado a atenção, é o fato de que 85% das matrículas no ensino fundamental, são em escolas públicas. Isso implica que, para o país torna-se competitivo com trabalhadores qualificados, será preciso uma melhora expressiva no sistema público.

Além disso, podemos observar que apesar do enorme gasto por aluno no ensino superior, conforme apresentado na seção 3.1 deste capítulo, parte significativa dos beneficiados são aqueles alunos provindos de escolas privadas, que teriam condições financeiras de arcar com os custos de um ensino superior pago.

#### **4 - Um exemplo latino para enfrentar a crise de qualidade**

Conforme observado, o Brasil vem passando por uma revolução educacional desde o final dos anos 80 e início dos anos 90, período marcado por diversas políticas favorecendo a educação. Essas políticas surtiram grande efeito, principalmente a partir dos anos 2000; por outro lado, observamos que muito ainda precisa ser feito e que o Brasil enfrenta grande dificuldade em alcançar resultados acadêmicos mais expressivos. Parte dessa dificuldade deve-se ao PIB per capita brasileiro, que é muito baixo.

Apesar de enfrentarem dificuldades similares, outros países conseguem ou conseguiram melhorar substancialmente a qualidade da educação através de medidas mais subjetivas, mas que possuem grande impacto. Segundo o relatório *The World Fact Book*, publicação anual da CIA (Central de Inteligência Americana), Cuba possui atualmente um PIB per capita de 9.900 unidades monetária (PPP), enquanto o Brasil possui um PIB per capita, de 11.300 unidades monetárias (PPP). Mesmo com um PIB per capita inferior, Cuba possui excelentes resultados acadêmicos e é o país Latino com maior rendimento na prova internacional do Llece (Laboratory for Assessment of the Quality of Education) realizada em 2006, que testa os conhecimentos de alunos da sexta série em países latinos. De um total de 16 países, Cuba obteve as melhores notas tanto em matemática, 638, quanto em leitura, 627. No mesmo teste, o Brasil obteve 499 e 511 pontos em matemática e leitura, respectivamente, resultando assim, na sexta colocação geral.

O economista Martin Carnoy realizou uma pesquisa no país e destacou diversos pontos que contribuem para um desempenho acadêmico fora da curva. A pesquisa qualitativa envolveu entrevistas em escolas, análise de livros didáticos e filmagens das aulas de matemática em salas de aula individuais. Muitas características sociais e políticas separam Brasil e Cuba, porém podemos tentar entender o que os cubanos fazem de melhor no ramo educacional e o que for viável, poderia ser replicado no Brasil. Principalmente, porque muitas das razões apontadas por Carnoy são questões culturais e de gestão, que poderiam ser replicadas através de campanhas e novas regras nas escolas.

Primeiramente há de se destacar algumas diferenças no contexto entre os dois países. Enquanto Cuba é um país comunista desde a Revolução Cubana na década de

50, o Brasil é um país federalista. Na interpretação política cubana, o direito à saúde, à segurança e ao conhecimento representa o que eles designam como verdadeira liberdade. Isso já exige uma cautela maior ao se analisar os resultados obtidos pela pesquisa, pois em muitos casos, a aplicabilidade de uma política ou qualquer tipo de controle em país descentralizado é muito mais complexa do que em um país centralizado e com governo autoritário. Portanto, vale a pena fazer uma breve recapitulação contextual dos sistemas educacionais de cada país e deixar claro que as recomendações a seguir nada têm a ver com um debate entre capitalismo e socialismo. A questão é descobrir como o Brasil pode se aproximar do grau de controle de qualidade educacional alcançado por Cuba, dentro do contexto da democracia política.

Como já sabemos, no Brasil os níveis de ensino fundamental e médio são divididos entre as esferas municipal e estadual. Os estados e municípios gerenciam sistemas escolares distintos, em que controlam as decisões de alocação dos recursos e gestão de suas escolas. Conforme destaca CARNOY, o que ocorre na prática são professores com autonomia para implementar decisões educacionais. Ou seja, um sistema que já é descentralizado, tende a ficar mais heterogêneo devido à falta de controle “na ponta” da operação. Já em Cuba, o partido comunista dirige a economia e a sociedade alocando recursos conforme considera mais adequado. Desde os primeiros dias da revolução (1959), as decisões educacionais ficaram centralizadas no novo governo, que era claramente comprometido com a igualdade de renda, educação de qualidade em massa, fim do analfabetismo e saúde pública universal. (CARNOY E SAMOFF, 1989). Durante todos esses anos, Cuba passou por diversas campanhas educacionais, que resultaram, entre outros grandes feitos, o acesso universal da educação no ensino fundamental já em 1980.

Logo nos cinco primeiros anos do novo governo foram criadas escolas especiais para formação de professores. Essas escolas se concentravam no aperfeiçoamento de professores para o trabalho em áreas rurais isoladas. Nos anos 60, em cada província, foram criadas instituições de ensino médio para a formação de professores das escolas primárias, assim como instituições de pós-secundário (ensino superior), para treinar professores do ensino secundário. Essas instituições eram controladas pelo governo central e a formação era estritamente conectada ao currículo nacional. (CARNOY, 2009). Outro aspecto interessante na formação de professores em Cuba é o recrutamento de alunos excelentes do ensino médio para ministrar aulas no ensino fundamental

enquanto cursavam o ensino universitário. Esses jovens aprendizes ingressavam em um curso de Pedagogia, com uma duração média de seis a oito meses, e formavam-se como professores emergentes. Esses jovens lecionavam durante a semana e durante sábado e férias escolares, frequentavam as suas respectivas universidades. Enquanto dão aulas, esses professores são supervisionados por mestres mais experientes e são constantemente analisados pela gestão escolar.

Outros dados relevantes em relação aos professores cubanos é o da profissão ser valorizada no país. Os salários em Cuba seguem um regime socialista, ou seja, são fixados pelo governo e, em geral, em níveis baixíssimos. Apesar, dos salários serem nivelados por baixo, o magistério se encontra na faixa salarial de maior nível - um educador ganha por volta de US\$18 /mês, quase a mesma coisa que um médico. Além disso, o magistério é uma profissão de prestígio frente à sociedade, portanto, muitos alunos optam por seguir essa carreira, o que assegura uma mão de obra constante. Outros países que são exemplos acadêmicos também possuem a cultura de valorizar o profissional que opta pelo magistério, como é o caso da Finlândia (3º lugar geral PISA 2009) e Coréia do Sul (5º lugar geral).

Mais um aspecto positivo na administração centralizada de Cuba, são as provas realizadas pelos alunos da sexta a nona séries. Os municípios são responsáveis por aplicar as provas e repassar os resultados ao Ministério da Educação e às escolas. Os resultados das provas são traduzidos diretamente em ações, que podem ser pontuais, como em algumas escolas, por exemplo, ou afetar todo o sistema. Apesar da burocracia, esse tipo de análise possibilita uma forma muito mais precisa de responsabilização (accountability). Até 2007, o Brasil se baseava somente no SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), que apesar de mapear a eficácia do sistema geral, impede uma cobrança pontual por parte dos gestores (policy makers), devido a sua metodologia amostral. Em 2007, o MEC junto ao INEP desenvolveu um índice de desempenho escolar chamado IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que abrange praticamente todas as escolas dos 5.565 municípios, 26 estados e o distrito federal. Assim, é possível medir quão bem os estudantes brasileiros estão aprendendo e quão eficientemente sua escola ou sistema escolar está se desempenhando. Essa prova, que se assemelha em muito com o sistema cubano de avaliação, é um feito único no mundo. Segundo o Banco Mundial (Achieving World Class Education in Brazil: The Next Agenda, pág. 4), nenhum outro grande país com regime federativo no mundo

conseguiu este feito. Isso mostra que, apesar de Cuba ser diferente do Brasil tanto politicamente quanto socialmente, muita coisa pode ser extraída do seu excelente sistema de ensino.

Um aspecto cultural que pode ser observado em Cuba é o compromisso da escola com os resultados acadêmicos do aluno. No Brasil, quando um aluno não vai bem, a escola se reúne com a família na busca de uma solução compartilhada, mas o que ocorre frequentemente na prática é uma desobrigação dos pais e um descompromisso por parte da escola. Já em Cuba, a escola formalmente compartilha a responsabilidade pelo desempenho social e acadêmico da criança. As dificuldades dos parentes são acompanhadas pelos professores e gestores escolares, e as famílias devem responder às preocupações e questionamentos da escola. A preocupação com a aprendizagem da criança é tanta que “60% das famílias ou mais (em que mulheres com filhos pequenos não estão trabalhando) recebem instruções de funcionários municipais sobre como proporcionar um ambiente melhor para crianças em casa, a fim de fomentar o desenvolvimento cognitivo infantil” (CARNOY, 2009). Parte desta atenção do Estado com a criança é refletido nos índices de trabalho infantil. O trabalho infantil é, praticamente inexistente em Cuba, o que contrasta com o Brasil, que ainda possui mais de 5 milhões de jovens entre 5 e 17 anos de idade trabalhando de forma irregular.<sup>8</sup>

No que diz respeito aos livros didáticos, os sistemas também são diferentes. Carnoy observou o material didático de matemática para a terceira série do ensino fundamental. No Brasil há uma infinidade de livros aprovados pelo Ministério da Educação e cada escola pode escolher o livro que achar mais conveniente. Além disso, Carnoy notou que os livros brasileiros possuem um conteúdo demasiadamente extenso e complexo. Em uma primeira análise, os brasileiros deveriam saber mais matemática do que os cubanos, porém o conteúdo disponível encontra-se em um nível muito acima do que os professores efetivamente desenvolvem dentro de sala. Portanto, na prática, o material didático selecionado não é adequado para a capacidade e/ou condições de trabalho dos professores brasileiros. Enquanto que em Cuba, há um currículo unificado, com material único e todos seguem a risca seu conteúdo. Carnoy enfatiza que o material didático cubano é “muito curto e profundo, enquanto o brasileiro é muito longo e raso”. Ou seja, em Cuba, apesar do material abranger uma gama menor de conteúdo, toda a

---

<sup>8</sup> Wikipédia, 2012

matéria existente é efetivamente estudada. Enquanto no Brasil, há um currículo extenso, mas pouco estudado.

As duas últimas questões a serem destacadas na pesquisa de Carnoy, são a formação docente e a supervisão dos professores. Em geral, a formação dos professores no Brasil é realizada por universidades que são independentes do centro operacional da educação, vinculado ao governo. Conseqüentemente, os cursos são elaborados por professores universitários da área da Educação, com base no que eles acreditam que seus alunos deveriam saber; o que inclui uma dose excessiva de teorias de ensino, história da educação, desenvolvimento curricular, psicologia infantil, sociologia da educação, etc. Há, portanto, um enfoque superdimensionado nas teorias e pouco trabalho prático. Isso cria sérios problemas na capacitação do corpo docente, pois o que vai fazer um professor transmitir seu conhecimento para o aluno é o bom conhecimento da matéria em questão e a capacidade do professor de expressar suas ideias com clareza, de modo a entreter o aluno. Um dos entrevistados na pesquisa realizada por Carnoy (p.133) relata o seguinte: “Sei muito sobre a teoria do ensino e muita coisa sobre espanhol, mas quase nada sobre ensinar espanhol”. Este exemplo expressa a conexão insuficiente entre o que os professores aprendem nas universidades e o exercício prático no ensino do currículo escolar. Já em Cuba, a formação do corpo docente não é tão teórica como no Brasil. Lá, o foco é na aprendizagem de como ensinar o currículo de forma eficaz. Há um objetivo claro na formação docente: ensinar os futuros professores a ensinar o currículo nacional, servir como guia social e pedagógico para os estudantes e, para os professores do ensino fundamental, atuar quase como pais durante o primeiro estágio da educação desses jovens.

Conforme mencionado no início deste capítulo, em Cuba, desde o início da formação do professor e nos primeiros anos exercendo a sua profissão, há um acompanhamento por parte de um mestre mais experiente, que assegura que a qualidade de ensino esteja sendo praticada também pela nova geração. Esse processo começa quando o novato está no seu primeiro emprego e perdura por alguns anos. Segundo o autor, esta tutoria possui dois componentes importantes: em primeiro lugar a aplicação do currículo se dará de maneira mais eficaz e, em segundo lugar, a evolução do profissional como pedagogo também é beneficiada. Já no Brasil, a situação é bem diferente. “Os recém-formados dos programas de formação docente, poucos dos quais com adequada exposição à sala de aula, são frequentemente assoberbados pela

perplexidade de decisões a tomar em classe, pela multiplicidade de tarefas a serem realizadas e pelos problemas disciplinares dos alunos (...). A falta de um processo sistemático para orientar ou treinar professores principiantes durante o primeiro ou segundo ano torna esse período de suas carreiras mais difícil do que o necessário e pode ter um impacto duradouro sobre a moral e o desempenho” (Banco Mundial, 2001, pág. 36-37).

Com a falta de uma supervisão, o desempenho do professor pode comprometer toda uma escola, principalmente nos caso de provas de avaliação. Um sistema mais adequado de *accountability*, como uma premiação aos professores, cujos alunos apresentarem melhores rendimentos, ainda é praticamente inexistente no Brasil. A autonomia do corpo docente no país possui uma boa intenção, que seria dar a liberdade para os professores darem a aula da maneira em que se sentem mais confortáveis. Por outro lado, essa é uma estratégia que só funciona com os melhores professores. A falta de supervisão implica ainda em outros fatores como a frequência dos corpos docente e discente.

Estes dados permitem identificar algumas mudanças passíveis de serem aplicadas sem necessariamente aumentar os gastos públicos, uma das principais dificuldades encontradas no Brasil. As mudanças poderão contemplar tanto uma reformulação no treinamento dos professores, desde o conteúdo ensinado nas universidades de Pedagogia e Educação, até um acompanhamento de um tutor/responsável para garantir a qualidade e o compromisso do novato com o currículo, quanto o currículo dos alunos, que poderá ser mais unificado. Haverá um possível aumento na burocracia para implementação dessas mudanças, em um primeiro momento, cujo custo tende a ser baixo, pois não exige criação de novos cargos e estruturas, sendo muito mais uma questão de processos. Outra lição é a valorização do magistério no país. Isso é certamente um ponto mais delicado, pois envolve uma mudança de postura do governo, enquanto empregador, e da população em relação ao profissional da educação. Porém, campanhas podem ser adotadas, assim como medidas que vão premiar aqueles que possuem um rendimento acima da média.

Tabela 9– Resumo das principais diferenças educacionais entre Brasil e Cuba

	<b>Brasil</b>	<b>Cuba</b>
Regime Político	Democracia	Socialismo
Gestão educacional	Descentralizado	Centralizado
Notas no Liece	Matemática: 499	Matemática: 638
	Leitura: 511	Leitura: 627
	Posição: 6º	Posição: 1º
Formação dos Professores	Faculdades diversas	Escola especiais
O que os professores aprendem	Teoria	Prática e teoria
Valorização do Magistério	Pouco valorizado	Muito valorizado
Bons Alunos do Ensino Médio	Estudam somente	Começam as dar aulas sendo supervisionados
Avaliações	Até 2007, avaliação por amostras estatísticas Após 2007, avaliação individual por escolas	Avaliação individual por escolas
Livros Didáticos	Muitas opções com conteúdos extensos e acima da capacidade do professor	Material único com menos conteúdo, mas de acordo com a capacidade dos professores
Currículo de matemática	Extenso e pouco profundo	Curto e profundo
Trabalho infantil	5 milhões de jovens entre 15 e 17 anos	Praticamente inexistente

## 5 - Comentários finais

Este trabalho teve como objetivo contribuir com o debate sobre a educação brasileira, seu atual cenário e seus desafios para os próximos anos. Com uma breve análise foi possível observar os efeitos causados pela Constituição de 1988 e outras normas e leis que modificaram o rumo da educação no Brasil. O sistema está tendendo a se descentralizar de maneira clara, onde a união, estados e municípios assumem objetivos cada vez mais focados. Esta descentralização, por sua vez, tende a resultar em uma nova fase de *accountability*, pois fica mais fácil analisar cada segmento de ensino quando este responde a um só setor da federação.

A atual situação educacional ainda é muito desafiante, porém diversos avanços ocorreram nos últimos anos, associados a um aumento considerável dos investimentos públicos neste setor, e direcionados à universalização da educação básica no país. Vimos que a taxa de analfabetismo, apesar de continuar em patamares muito elevados, despencou, sendo que nos níveis de ensino fundamental e médio a taxa está muito próxima do seu ideal. Outro grande feito realizado é a evolução nas notas no PISA, sendo a terceira maior evolução, atrás de Luxemburgo e Chile. Entretanto, cabe reforçar que, apesar destes avanços, em termos gerais, o país continua mal posicionado. Além disso, o Brasil veio de uma base muito baixa e essa evolução rápida é, também, consequência dessa baixa base de comparação.

Por outro lado, conhecimento gera conhecimento e, como afirmou BARROS MENDONÇA (1997, pág.1), “o nível educacional da população adulta de um país é o resultado de décadas de investimento em educação, da mesma forma que o estoque de capital físico da economia é o resultado de décadas de investimento em máquinas, equipamentos e infraestrutura”. Após décadas perdidas em termos educacionais e baixíssimos investimentos feitos no setor, o Brasil começa a dar passos largos em direção a uma nova era.

Em 1992, a média de anos de estudo da população brasileira com 15 anos ou mais era de 5,2 anos; hoje já estamos com 7,5 anos, ou seja, a população está mais bem informada e qualificada do que antes. Ao separarmos esses números por faixa etária, as diferenças são ainda mais expressivas. A população com idade entre 15 e 24 anos possui, em média, 8,8 anos de estudo, enquanto que a população com mais de 40 anos

de idade possui apenas 6,2 anos de estudo. Ou seja, a nova geração está, pelo menos, 42% mais instruída do que a geração passada. Os pais de amanhã, serão muitos mais instruídos do que os pais de hoje e, provavelmente, darão muito mais valor à educação. Com uma conscientização um comprometimento maior por parte do estado, que está cada vez mais prestando a atenção e investindo nesse setor, o ensino será valorizado como nunca foi.

Cuba foi um bom exemplo do que uma valorização do ensino é capaz de fazer em uma sociedade. Uma sociedade que possui um PIB per capita menor do que o Brasil consegue resultados extraordinariamente melhores. Ainda que o contexto cubano seja diferente do nosso, considerando o tamanho de Cuba, o regime autoritário que a rege, a menor liberdade dos seus habitantes, entre outros fatores, há um aspecto que deve ser observado: o fato de Cuba impor a suas crianças um regime de estudo centralizado e rigoroso, a essas crianças um maior grau de liberdade em sua fase adulta, na medida em que lhe oferece instrumentos para uma vida mais digna, com maior potencial de inserção no mercado de trabalho. Não estou afirmando que em Cuba a vida seja uma maravilha, pois apesar de contar com mais igualdade social, o país tem também muita pobreza. Mas o meu ponto é que uma burocracia direcionada e bem gerida na educação pode gerar resultados melhores do que um liberalismo pouco comprometido com o setor. O Brasil também é um exemplo nesse ponto; a partir do momento em que houve um maior compromisso do Estado com a educação, o índice de analfabetismo diminuiu bruscamente, o ensino fundamental se tornou obrigatório, alcançando uma taxa de 98% de cobertura, e resultados começaram a aparecer, como mostra a evolução brasileira expressiva no PISA além de entre outros avanços.

Além disso, muito temos a aprender em gestão educacional. Os dados aqui apresentados indicam que possuímos uma metodologia ineficiente, com profissionais mal treinados e gastos mal realizados. O novo PNE planeja elevar os gastos com educação para mais de 8% do PIB, o que trará resultados positivos na medida em que forem bem alocados. Antes de investir mais, o Brasil deveria utilizar melhor os recursos existentes hoje. Metodologias de gestão mais avançadas podem ser elaboradas sem que haja um investimento monetário para isso. Nesse caso, é necessário investir tempo e planejar métodos de gestão mais eficazes. Treinar professores, coordenadores e diretores, exige mais um esforço de planejamento do que um acréscimo significativo no aporte financeiro.

Após o esforço realizado para a elaboração desta monografia, é possível indicar alguns pontos que poderão ser aprofundados em estudos futuros, como os padrões de gastos educacionais em países que possuem um nível de excelência educacional, de maneira a entender com estes países chegaram ao patamar em que se encontram hoje. A Finlândia, Pequim e Coreia do Sul podem ser bons exemplos de políticas nacionais. A Coreia do Sul pode ser até melhor do que a Finlândia, pois sua história de sucesso é recente e as transformações ocorridas por conta dos investimentos em educação são mais claras do que na Finlândia, um país em que a população possui um alto padrão de vida há mais tempo.

Para finalizar, o que o Brasil fez até o momento é um pedaço ínfimo do longo caminho que tem a percorrer. Como disseram Barbosa e Pessoa (2011), a educação hoje ocupa o mesmo espaço que ocupou a inflação nos anos 90. Sabemos que muitos foram os planos e anos de luta até que o fantasma da inflação fosse domado pelo Plano Real. No momento, ainda não há uma bala de prata para reverter os problemas educacionais brasileiros, mas em algum momento, o “Plano Real” para a educação se revelará e o Brasil deixará de ser o país do futuro para ser um país exemplo também na educação.

## 6 - Referências Bibliográficas

1. ARELALO, Lisete Regina Gomes. (2005). **“O Ensino Fundamental no Brasil: Avanços, Perplexidades e Tendências.”**
2. BRUNS, Barbara. (2010). **“Achieving World Class Education in Brazil: The next Agenda.”** Banco Mundial
3. DE CASTRO, Jorge Abrahão. (2011). **“Financiamento da educação: necessidades e possibilidades.”** IPEA – Comunicado nº 124
4. DE CASTRO, Jorge Abrahão. (2012). **“Presença do Estado no Brasil”.** IPEA – Comunicado nº129
5. OCDE. (2011). **“Education at Glance 2011”.** <http://www.oecd.org/dataoecd/61/2/48631582.pdf>
6. DE CASTRO, Jorge Abrahão. (2007). **“Financiamento e Gasto Público com Educação: 1995-2005.”**
7. IPEA. (2010). **“PNAD 2009 – Primeiras Análises: Situação da educação brasileira – avanços e problemas.”** IPEA – Comunicado nº66
8. DE CASTRO, Jorge Abrahão e DUARTE, Bruno de Carvalho. (2008). **“Descentralização da Educação Pública no Brasil: Trajetória dos Gastos e das Matrículas.”** IPEA – Texto para discussão nº 1352
9. MENEZES-FILHO, Naércio. (2007). **“Os determinantes do desempenho escolar no Brasil.”** Instituto Futuro Brasil, nº 2, 2007. 30 p. Texto para discussão.
10. BARBOSA FILHO, F.H e PESSÔA, S.(2011). **“Metas de Educação para a Próxima Década.”** 2022 Propostas para um Brasil Melhor no Ano do Bicentenário, p. 189-202, Editora Campus
11. CARNOY, Martin. (2009). **“A Vantagem Acadêmica de Cuba: Porque seus Alunos vão Melhor na Escola.”** Fundação Lemann e Ediouro
12. BANCO MUNDIAL. (2001). **“Brazil: Teachers Development and Incentives. A strategic Framework.”** Banco Mundial, Human Development Department
13. DOURADO, Luiz Fernando. (2009). **“Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001 - 2008”.** INEP, 2009
14. DE SOUZA, Donaldo Bello e DE FARIA, Lia Ciomar Macedo. (2004). **“Reforma do Estado, Descentralização e Municipalização do Ensino no**

**Brasil: A Gestão Política dos Sistemas Públicos de Ensino Pós-LDB  
9.394/96”**

15. SEMEGHINI, Ulysses Cidade. (2001). **“FUNDEF: Uma revolução Silenciosa.”**
16. CARNOY, Martin e SAMOFF, Joel. (1989). **“Education and Social Transition in the Third World.”** Princeton University Press

## Anexo 1 - Competência por esfera pública

Esfera	Competências
União	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constituição Federal de 1988 – “A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.” (Constituição Federal 1988, Tít. VIII, Cap. III, Seção I, Art. 211., § 1º)</li> <li>• LDB (Lei de Diretrizes e Bases) - A União incumbir-se-á de: <ul style="list-style-type: none"> <li>I – elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;</li> <li>II – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;</li> <li>III – prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva; (Lei n.º 9.394, de 1996, Tít. III, Art.9)</li> </ul> </li> <li>• LDB - "O Sistema Federal de ensino compreende: <ul style="list-style-type: none"> <li>I – as instituições de ensino mantidas pela União;</li> <li>II – as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada;</li> <li>III – os órgãos federais de educação." (Lei n.º 9.394, de 1996, Tít. IV, Art. 16)</li> </ul> </li> <li>• LDB - "Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas." (Lei n.º 9.394, de 1996; Tít. V, Cap. IV, Art. 55)</li> <li>• A União, de acordo com o § 3º da EC 14/96, complementará os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) sempre que, em cada estado e no DF, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.</li> </ul>
Estados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constituição Federal de 1988 - "Os Estados e DF atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio." (Constituição Federal 1988, Tít. VIII, Cap. III, Seção I, Art.211., §3º)</li> <li>• LDB – “Os Estados incumbir-se-ão de: <ul style="list-style-type: none"> <li>II – definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;</li> <li>VI – assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio.” (Tít. IV, Art. 10)</li> </ul> </li> <li>• LDB - "Os sistemas de ensino dos Estados e do DF compreendem: <ul style="list-style-type: none"> <li>I – as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo DF;</li> <li>II – as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal</li> <li>III – as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;</li> <li>IV – os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente.” (Tít. IV, Art. 17)</li> </ul> </li> <li>• A forma de distribuição do Fundef entre os estados e seus municípios será proporcional ao número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino. (Lei n.º 9.424/96, Art. 2º)</li> </ul>
Municípios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constituição Federal de 1988 - "Os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil." (CF de 1988, Tít. VIII, Cap. III, Seção I, Art. 211, §2º)</li> <li>• Constituição Federal de 1988 – Compete ao Município - "manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental". (Art. 30, VI, Cap. IV)</li> <li>• LDB – “Os municípios incumbir-se-ão de: <ul style="list-style-type: none"> <li>I – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;</li> <li>V – oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.” (Tít. IV, Art. 11)</li> </ul> </li> <li>• LDB - "Os sistemas municipais de ensino compreendem : <ul style="list-style-type: none"> <li>I – as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal.</li> <li>II – as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;</li> <li>III – os órgãos municipais de educação.” ( Tít. IV, Art. 18)</li> </ul> </li> </ul>